


POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS (2015–2024)

PUBLIC LITERACY POLICIES FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A REVIEW OF BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION (2015–2024)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZACIÓN PARA LA EDUCACIÓN INFANTIL: UNA REVISIÓN DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA (2015-2024)

 <https://doi.org/10.56238/rcsv16n3-011>

Data de submissão: 01/03/2026

Data de aprovação: 31/03/2026

Antonio Ricardo de Souza Santos

Mestrando em Educação

Instituição: Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina, Universitário da Faculdade de Educação Superior de Pernambuco (FACESP)
E-mail: ricardoprofantonio@gmail.com

Roseni Alves dos Santos

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina
E-mail: roseni.alvess@upe.br

Nayanne Nayara Torres da Silva

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA),
Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns, Universidade de Pernambuco (UPE) -
Campus Petrolina
E-mail: nayanne.torres@upe.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, o que as produções científicas brasileiras dos últimos anos têm discutido sobre as políticas públicas de alfabetização para a Educação Infantil, a fim de identificar concepções, lacunas e implicações para a prática pedagógica e a formação docente. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos que concebem a alfabetização como prática social e cultural, dialogando com autores como Soares (2004, 2016), Morais (2021, 2022), Brandão e Leal (2011), além de contribuições no campo das políticas educacionais, como Ball (2016) e Mainardes (2018). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com delineamento de revisão sistemática de literatura. O levantamento das produções foi realizado em bases e fontes acadêmicas, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Revista Brasileira de Alfabetização (RBA), e anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF), no período de 2015 a 2024. A análise dos dados foi conduzida à luz da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016). Os resultados evidenciaram tensões entre as orientações das políticas públicas e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar, indicando que a materialização das políticas públicas de alfabetização ocorre de forma heterogênea e mediada pelas concepções docentes e pelas condições de trabalho. Além disso, as publicações sinalizaram que embora haja avanços significativos no reconhecimento da alfabetização como um processo que se inicia na infância e se constitui em práticas sociais de leitura e escrita, ainda persistem distanciamentos entre as orientações normativas e o cotidiano das instituições educativas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Alfabetização. Educação Infantil. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This article aims to analyze, through a literature review, what Brazilian scientific productions of recent years have discussed regarding public literacy policies for Early Childhood Education, in order to identify conceptions, gaps, and implications for pedagogical practice and teacher training. The study is based on theoretical frameworks that conceive literacy as a social and cultural practice, engaging with authors such as Soares (2004, 2016), Morais (2021, 2022), Brandão and Leal (2011), as well as contributions in the field of educational policies, such as Ball (2016) and Mainardes (2018). Methodologically, this is a qualitative, bibliographical research, with a systematic literature review design. The survey of publications was conducted using academic databases and sources, such as the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), the Brazilian Journal of Literacy (RBA), and proceedings of the National Association of Postgraduate Studies and Research in Education (ANPEd) and the Brazilian Literacy Congress (CONBALF), covering the period from 2015 to 2024. Data analysis was conducted using Content Analysis, as per Bardin (2016). The results revealed tensions between the guidelines of public policies and the pedagogical practices developed in daily school life, indicating that the implementation of public literacy policies occurs heterogeneously and is mediated by teachers' conceptions and working conditions. Furthermore, the publications indicated that although there have been significant advances in recognizing literacy as a process that begins in childhood and is constituted by social practices of reading and writing, gaps still persist between normative guidelines and the daily reality of educational institutions.

Keywords: Public Policies. Literacy. Early Childhood Education. Pedagogical Practices.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar, mediante una revisión bibliográfica, las producciones científicas brasileñas de los últimos años sobre políticas públicas de alfabetización para la Educación Infantil, con el fin de identificar concepciones, brechas e implicaciones para la práctica pedagógica y la formación docente. El estudio se fundamenta en marcos teóricos que conciben la alfabetización como una práctica social y cultural, dialogando con autores como Soares (2004, 2016), Morais (2021, 2022), Brandão y Leal (2011), así como con contribuciones en el campo de las políticas educativas, como Ball (2016) y Mainardes (2018). Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa y bibliográfica, con un diseño de revisión sistemática de la literatura. La revisión de publicaciones se realizó utilizando bases de datos y fuentes académicas, como la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), la Revista Brasileña de Alfabetización (RBA) y las actas de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación (ANPEd) y el Congreso Brasileño de Alfabetización (CONBALF), abarcando el periodo de 2015 a 2024. El análisis de datos se llevó a cabo mediante análisis de contenido, según Bardin (2016). Los resultados revelaron tensiones entre las directrices de las políticas públicas y las prácticas pedagógicas desarrolladas en la vida escolar cotidiana, lo que indica que la implementación de las políticas públicas de alfabetización se produce de manera heterogénea y está mediada por las concepciones y las condiciones laborales del profesorado. Además, las publicaciones indicaron que, si bien se han logrado avances significativos en el reconocimiento de la alfabetización como un proceso que comienza en la infancia y se constituye mediante prácticas sociales de lectura y escritura, aún persisten brechas entre las directrices normativas y la realidad cotidiana de las instituciones educativas.

Palabras clave: Políticas Públicas. Alfabetización. Educación Infantil. Prácticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização na Educação Infantil é um tema que ainda hoje gera tensões no contexto brasileiro, haja vista a preocupação com o caráter escolarizante e preparatório que o ensino da língua pode assumir nos espaços das salas de aula das crianças pequenas. Contudo, para que tais tensões sejam disseminadas, é importante termos clareza acerca do tipo de ensino da língua escrita que estamos falando e propondo para a Educação Infantil, para não incorremos em práticas que ferem o direito à infância.

Assim, defendemos, conforme Brandão e Leal (2011), o espaço da linguagem escrita ao lado das outras tantas linguagens (plástica, corporal, musical, de faz de conta) em que os pequenos possam se expressar e se desenvolver. Com isso, a perspectiva é que as especificidades das crianças sejam levadas em consideração e que o trabalho com leitura e a escrita seja promovido em um contexto funcional e significativo.

Tradicionalmente, a Educação Infantil esteve voltada ao cuidado e ao desenvolvimento integral da criança, sem a atribuição formal de responsabilidades relacionadas ao ensino sistemático da leitura e da escrita. Apenas nas últimas décadas, especialmente a partir da difusão das discussões sobre letramento, nos anos 1990 no Brasil, e das transformações nas políticas públicas educacionais, passou-se a reconhecer a importância da inserção das crianças pequenas em práticas sociais de linguagem, envolvendo a oralidade, a leitura e a escrita (Soares, 2020; Kleiman, 2021).

No contexto brasileiro, políticas públicas educacionais têm sido formuladas com o objetivo de orientar e qualificar as práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização desde os primeiros anos de escolarização. Nessa direção, observamos no decorrer dos últimos anos tentativas de sanar o problema do fracasso na alfabetização, por meio de políticas públicas que muitas vezes se configuravam como uma política de governo e não de Estado, uma vez que tinham sua continuidade interrompida a partir das mudanças de governantes.

Isso pôde ser observado, por exemplo, com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído em 2012 por meio da Portaria nº 867/2012, com o objetivo de garantir que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, aproximadamente aos oito anos de idade. Para isso, o programa se estruturou a partir da articulação entre formação continuada de professores, distribuição de materiais pedagógicos e acompanhamento por meio de avaliações educacionais (Farias; Silva; Guimarães; Rita, 2025).

Tratava-se de uma proposta descentralizada, na medida em que previa a colaboração entre diferentes entes federativos: União, Estados e Municípios, respeitando as especificidades regionais e promovendo certa autonomia pedagógica aos sistemas de ensino. Do ponto de vista teórico, essa

política dialogava com uma concepção de alfabetização ampliada, considerando-se a ideia de que estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos em diferentes situações de uso da língua.

Contudo, após 5 edições (2013 a 2017) o PNAIC foi extinto no ano de 2018 e em 2019 vimos nascer, por meio do Decreto nº 9.765/2019, uma “nova” política: a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que, na verdade, nada tinha de novo, uma vez que remontava às práticas tradicionais de alfabetização. Trata-se de uma política instituída de forma autoritária, que tinha como base a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário, da compreensão de textos e da produção escrita, pautado na perspectiva do método fônico (Soares, 2020; Morais, 2019).

Com isso, a concepção de alfabetização defendida pela PNA priorizarva “[...] o ensino explícito e sistemático das relações entre grafemas e fonemas” (Jesus; Sousa, 2022, p. 13) se pautando na ideia de escrita enquanto código. Essa ideia acaba por desconsiderar todo o complexo percurso de compreensão do sistema de escrita alfabética pelo qual os aprendizes passam no processo de alfabetização (Frade, 2021; Goulart, 2020).

Todavia, a mudança de governo na esfera federal, ocasionada pelas eleições presidenciais, em 2022, apresentou novas perspectivas para o campo da alfabetização, começando, inclusive, pela revogação da PNA a partir do Decreto nº 11.556, em 12 de junho de 2023. A partir desse momento temos a instituição da atual política de alfabetização: o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (CNCA), que intenciona alfabetizar na idade certa e recompor a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

É importante destacar, que foi desenvolvido, no âmbito do CNCA, o Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), tendo por objetivo ofertar formação continuada a profissionais da Educação Infantil com foco na oralidade, leitura e escrita. Trata-se de um curso que valoriza experiências significativas com a linguagem oral e escrita, entendendo a apropriação da linguagem escrita enquanto um processo contínuo que deve ser estimulado com sentido e ludicidade.

Frente ao exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, o que as produções científicas brasileiras dos últimos anos têm discutido sobre as políticas públicas de alfabetização para a Educação Infantil, a fim de identificar concepções, lacunas e implicações para a prática pedagógica e a formação docente.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com delineamento de revisão sistemática de literatura. A opção pela abordagem qualitativa (Minayo, 2014) justifica-se pelo objetivo de compreender, interpretar e analisar

criticamente produções científicas acerca das políticas públicas de alfabetização na Educação Infantil, considerando seus fundamentos teóricos, conceituais e normativos.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma revisão sistemática de literatura, entendida como um método que permite mapear, analisar e sintetizar produções acadêmicas sobre determinada temática a partir de critérios previamente definidos, garantindo maior rigor, transparência e reprodutibilidade ao processo investigativo (Gil, 2019). Diferentemente das revisões narrativas, esse tipo de estudo exige a explicitação das fontes de busca, dos descritores utilizados, do recorte temporal, bem como dos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos analisados.

Assim, a constituição do corpus não se restringiu a um único periódico, sendo considerada diferentes fontes de relevância na área educacional, sendo estas: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF), e a Revista Brasileira de Alfabetização (RBA). Essas variadas fontes permitiram maior abrangência e consistência analítica à revisão, contemplando diferentes tipos de produção acadêmica (artigos, resumos expandidos, teses e dissertações).

O recorte temporal adotado compreende o período de 2015 a 2024, considerando a intensificação das discussões sobre alfabetização na Educação Infantil no contexto de implementação e finalização de políticas públicas, curriculares e educacionais recentes, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC, 2017); a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017); a Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019); o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA, 2023). Dessa forma, buscamos analisar produções que problematizam as políticas contemporâneas de alfabetização, suas diretrizes, disputas conceituais e implicações para a prática pedagógica na Educação Infantil.

O processo de coleta dos dados ocorreu em três etapas. Na primeira etapa, realizamos o levantamento das produções nas bases e fontes selecionadas, utilizando descritores como “alfabetização”, “Educação Infantil”, “políticas públicas de alfabetização” e “práticas pedagógicas”. Na segunda etapa, procedemos à leitura exploratória dos títulos, resumos e palavras-chave, com o objetivo de identificar estudos alinhados às políticas de alfabetização para a Educação Infantil. Na terceira etapa, os textos previamente selecionados foram lidos na íntegra, permitindo a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão.

Os critérios de inclusão definidos foram: (a) artigos científicos, teses e dissertações; (b) publicações entre 2015 e 2024; (c) abordagem central sobre políticas públicas de alfabetização; (d) foco na Educação Infantil ou em sua interface com as políticas de alfabetização. Foram excluídos

estudos que tratavam exclusivamente da alfabetização no Ensino Fundamental, bem como aqueles que abordavam políticas públicas de forma secundária ou tangencial.

Após a aplicação desses critérios, constituímos um corpus de análise composto por estudos que atendiam integralmente às exigências metodológicas estabelecidas. Para cada produção selecionada, elaboramos uma ficha de análise contendo as seguintes categorias: autoria, ano de publicação, objetivos, referencial teórico, abordagem metodológica, principais resultados, contribuições e limitações. Essa sistematização possibilitou a organização dos dados de forma comparativa, favorecendo a identificação de tendências, convergências e lacunas no campo investigado.

A etapa de análise dos dados fundamentou-se na técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), articulada à análise documental (Cellard, 2008). Esse procedimento permitiu a categorização, interpretação e inferência dos sentidos presentes nos textos analisados, buscando identificar concepções de alfabetização, implicações para a prática pedagógica e para a formação docente. Dessa forma, a análise procurou compreender não apenas o conteúdo explícito das produções, mas também os discursos e perspectivas que orientam o debate contemporâneo sobre alfabetização na Educação Infantil.

3 A LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERFACES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A compreensão dos caminhos para o ensino da escrita na Educação Infantil não pode ser dissociada do conjunto de políticas públicas que, ao longo das últimas décadas, têm orientado a organização curricular, a formação docente e as práticas pedagógicas nesse nível de ensino. Conforme apresentado na introdução, o campo das políticas de alfabetização no Brasil é marcado por disputas teóricas e metodológicas que refletem diferentes concepções. Essas disputas se materializam nos documentos oficiais e incidem diretamente sobre o modo como a escrita é concebida e trabalhada no cotidiano das instituições de Educação Infantil.

Nesse cenário, as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) representam um marco normativo importante ao reconhecer a criança como sujeito de direitos e ao enfatizar a centralidade das interações e das brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas. No que se refere à linguagem escrita, a BNCC (2017) orienta que as crianças tenham acesso a experiências diversificadas de leitura e escrita, inseridas em contextos significativos, sem que isso implique a antecipação de práticas formais de alfabetização. Essa orientação se aproxima de perspectivas teóricas que compreendem a alfabetização como um processo contínuo, iniciado antes do Ensino Fundamental e construído a partir das interações sociais e culturais das crianças (Soares, 2009; Ferreira, 1999).

De modo complementar, políticas mais recentes, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil, têm buscado reafirmar a importância da garantia do direito à aprendizagem da leitura e da escrita, ao mesmo tempo em que enfatizam a necessidade de considerar as especificidades da Educação Infantil. Essas iniciativas procuram superar dicotomias historicamente presentes no campo, como a oposição entre alfabetizar precocemente ou excluir a escrita dessa etapa, propondo uma abordagem que valorize o contato com a cultura escrita de forma contextualizada, lúdica e significativa.

Entretanto, a materialização dessas políticas no cotidiano das instituições educativas não ocorre de forma linear ou homogênea. Estudos como os de Dacome (2021), Menarini (2020) e Araújo (2019) indicam que há um distanciamento entre o prescrito nos documentos oficiais e o efetivamente vivenciado nas práticas docentes, revelando a presença de concepções híbridas e, muitas vezes, contraditórias. Em muitos contextos, persistem práticas escolarizantes, marcadas pela ênfase em atividades mecânicas, repetitivas e centradas no controle do professor, o que evidencia a permanência de uma lógica tecnicista que atravessa diferentes políticas educacionais.

Nessa direção, Stephen Ball (2001) destaca que as políticas públicas não são simplesmente implementadas, mas (re)interpretadas, traduzidas e ressignificadas pelos sujeitos que atuam nos contextos escolares. Sendo assim, os professores não são meros executores de diretrizes, mas agentes ativos que produzem sentidos e recriam as políticas a partir de suas experiências, saberes e condições de trabalho. Tal compreensão é fundamental para analisar como as propostas relacionadas ao ensino da escrita na Educação Infantil são apropriadas e transformadas no cotidiano pedagógico.

Segundo Brandão e Leal (2011), o trabalho com a linguagem escrita nas salas de Educação Infantil pode seguir diferentes caminhos pedagógicos, que refletem concepções distintas acerca da alfabetização e do letramento. O primeiro caminho, denominado “obrigação da alfabetização”, caracteriza-se pela antecipação do ensino formal da leitura e da escrita, priorizando atividades repetitivas e mecanizadas, como cópias, treino de letras, sílabas e palavras. Nesse modelo, a escrita é tratada como um conteúdo a ser dominado precocemente, muitas vezes desconsiderando as especificidades da infância e as formas próprias de aprendizagem das crianças. O segundo caminho, denominado “letramento sem letras”, valoriza o contato com práticas sociais de leitura e escrita, como a escuta de histórias e o manuseio de livros, porém evita a proposição de atividades que envolvam a reflexão sobre o sistema de escrita alfabética, sob a compreensão de que a alfabetização deve ocorrer apenas em etapas posteriores da escolarização.

Por sua vez, o terceiro caminho, denominado “ler e escrever com significado”, é apresentado pelas autoras como uma perspectiva mais equilibrada e coerente com os princípios da Educação Infantil. Nessa abordagem, o trabalho pedagógico articula experiências significativas de leitura e

escrita a oportunidades de reflexão sobre o funcionamento da língua escrita, respeitando o ritmo e as hipóteses construídas pelas crianças. Assim, são desenvolvidas situações contextualizadas de reflexão sobre a língua escrita, possibilitando que as crianças compreendam a função social da escrita ao mesmo tempo em que constroem conhecimentos sobre seu sistema.

Algumas dessas concepções embasaram políticas de alfabetização já revogadas, a exemplo da PNA, que tinha uma perspectiva pautada no ensino do código; e outras, como a concepção defendida no caminho “ler e escrever com significado”, embasa a atual política do CNCA, defendendo o ensino da escrita com significado. Essa abordagem, fundamentada em autores como Ferreiro (1999) e Vygotsky (2001), entende que a apropriação da escrita ocorre de forma gradual e significativa, sendo impulsionada por práticas sociais reais de leitura e escrita, mediadas pelo professor.

Desse modo, as políticas públicas, ao orientarem o trabalho pedagógico, precisam considerar não apenas a definição de diretrizes curriculares, mas também as condições concretas de sua implementação, incluindo a formação docente, os recursos disponíveis e as especificidades dos contextos educativos. Assim, a articulação entre políticas públicas e práticas de ensino da escrita na Educação Infantil revela-se um campo complexo e multifacetado, no qual coexistem avanços, contradições e desafios.

Diante do exposto, sinalizamos que a construção de práticas pedagógicas significativas depende de um movimento contínuo de reflexão crítica por parte dos professores, que, ao (re)interpretarem e ressignificarem as políticas, podem contribuir para a efetivação de uma educação que respeite as especificidades da infância e promova a inserção das crianças na cultura escrita de forma contextualizada, crítica e socialmente relevante.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM PANORAMA DAS PUBLICAÇÕES

A relação entre políticas públicas e regulação curricular para alfabetização no campo da Educação Infantil constitui um eixo estruturante das discussões educacionais contemporâneas no Brasil, uma vez que tais políticas não operam apenas como diretrizes administrativas, mas como dispositivos que definem concepções de ensino, prioridades metodológicas e parâmetros para a formação docente (Ball, 2016; Mainardes, 2018).

Nesse sentido, a regulação curricular pode ser compreendida como o conjunto de mecanismos normativos, legais e discursivos que orientam o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e quais resultados são esperados do processo educativo, tendo em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) um referencial para a organização das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

À luz desse contexto, a produção acadêmica recente sobre alfabetização na Educação Infantil evidencia um campo marcado por tensões entre as prescrições das políticas públicas e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. A análise de estudos provenientes de bases como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, os anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, do Congresso Brasileiro de Alfabetização e da Revista Brasileira de Alfabetização permite identificar tendências, convergências e lacunas que caracterizam esse campo de investigação, especialmente no que se refere à forma como as diretrizes normativas são apropriadas e ressignificadas pelos professores. O quadro 1, a seguir, apresenta um panorama das produções encontradas:

Quadro 01 – Levantamento das produções sobre alfabetização na Educação Infantil (2015–2024)

FONTE	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	TIPO
BDTD	Alfabetização e letramento na educação infantil: um estudo de caso em Lagoa Santa	Sousa, E. V. R.	2016	Dissertação
BDTD	PNAIC na educação infantil: o contexto, o proposto e o experienciado	Dacome, E.	2021	Dissertação
BDTD	Práticas pedagógicas e linguagem escrita na educação infantil	Reinke, G.	2019	Dissertação
BDTD	Múltiplas linguagens e ludicidade na educação infantil	Silva, D. V.	2016	Dissertação
BDTD	Trilhares da alfabetização na educação infantil	Menarhini, A.	2020	Tese
BDTD	PNAIC: formação continuada para professoras de 4 e 5 anos	Araújo, A. C. P.	2019	Dissertação
BDTD	PNAIC pré-escola e formação de professoras leitoras	Oliveira, M. C. R. S. A.	2022	Dissertação
ANPEd	Concepções de alfabetização e formação nos programas nacionais	Sousa, S. N.; Rocha, C. R. C.	2019	Resumo expandido
ANPEd	Educação Infantil e a PNA: implicações e dissensos	Jesus, J. A. L.; Sousa, C. M. P.; Cardoso, J. C. M.	2022	Resumo expandido
CONBALF	Sobre letrar ou alfabetizar na educação infantil	Freire, R. T. J.; Bortolanza, A. M. E.	2015	Artigo
CONBALF	Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais	Morais, A. G.; Nascimento, G. S.	2019	Artigo
CONBALF	Questões de leitura e escrita na educação infantil	Mota, J. J. D.	2019	Artigo
CONBALF	Práticas de leitura literária e PNAIC	Silva, M. C. L.	2021	Artigo
Rev. Bras. de Alfabetização	Políticas de alfabetização para a infância no Brasil	Stieg, V.; Araújo, V. C.	2017	Artigo
Rev. Bras. de Alfabetização	Impactos da Política Nacional de Alfabetização	Nogueira, G. M.	2019	Artigo
Rev. Bras. de Alfabetização	Políticas e práticas de alfabetização no Brasil hoje	Morais, A. G.	2022	Artigo

Fonte: quadro organizado pelos autores com base nos periódicos de pesquisa (2026).

De modo geral, os estudos indicam que, nas últimas décadas, as políticas públicas de alfabetização têm buscado incorporar a Educação Infantil às discussões sobre o ensino da leitura e da escrita, sobretudo por meio de programas de formação docente, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Entretanto, conforme apontam pesquisas como as de Sousa (2016),

Dacome (2021) e Menarbin (2020), a materialização dessas políticas nas práticas pedagógicas ocorre de forma heterogênea e, muitas vezes, contraditória. Embora os documentos oficiais enfatizem uma concepção de alfabetização articulada ao letramento e ao respeito às especificidades da infância, observa-se a permanência de abordagens tradicionais centradas na codificação e decodificação da língua escrita.

Sendo assim, apesar do PNAIC ter contribuído para ampliar o repertório formativo das professoras, seus efeitos nas práticas se mostraram limitados, marcados por permanências de concepções tradicionais de alfabetização centradas na codificação e decodificação. Essa mesma tendência é reforçada por estudos como o de Reinke (2019) e Silva (2016), que apontam a persistência de práticas escolarizantes, rotinas rígidas e abordagens adultocêntricas, mesmo em contextos que buscam romper com modelos pedagógicos tradicionais.

Tais achados revelam que as mudanças propostas pelas políticas públicas não se efetivam de forma linear, sendo mediadas por fatores como a formação docente, as condições institucionais e as concepções de ensino historicamente construídas pelos professores. Essa tensão se intensifica a partir da instituição da Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019), que promove uma reconfiguração discursiva no campo ao enfatizar evidências científicas associadas à instrução fônica sistemática.

Tal movimento gerou conflitos com concepções de base socioconstrutivista, além de produzir ambiguidades quando articulado à BNCC, como evidenciam Bittencourt e Cesa (2023). Enquanto a BNCC orienta práticas pautadas em experiências significativas com a linguagem, sem antecipar formalmente a alfabetização, a PNA prioriza habilidades específicas relacionadas à decodificação, tensionando o trabalho docente e a organização curricular.

As produções encontradas nos anais da ANPEd (Sousa; Rocha, 2019; Jesus, Sousa; Cardoso, 2022) e na RBA (Nogueira, 2019) reforçam a crítica à tendência tecnicista presente na referida política. Sousa e Rocha (2019) evidenciam que, apesar de avanços teóricos, ainda predomina uma lógica de formação docente centrada na aplicação de métodos, enquanto Jesus, Sousa e Cardoso (2022) apontam que a Política Nacional de Alfabetização promoveu a padronização do ensino ao priorizar o método fônico, gerando conflitos com perspectivas mais amplas e interativas de alfabetização. Esses estudos indicam um movimento de centralização e controle curricular que impacta diretamente o trabalho docente.

Segundo Ball (2016), as políticas educacionais devem ser compreendidas tanto como textos quanto como discursos, uma vez que não apenas orientam práticas, mas também produzem sentidos e legitimam determinadas concepções pedagógicas em detrimento de outras. Nessa direção, a PNA introduziu um discurso de cientificidade que, embora reivindicasse neutralidade técnica, redefiniu prioridades metodológicas e atuou como mecanismo de regulação curricular. Tal perspectiva dialoga

com Apple (2017), ao destacar que reformas curriculares operam como instrumentos de controle cultural, definindo quais conhecimentos são legitimados como válidos.

No âmbito do CONBALF, os estudos analisados aprofundam as discussões sobre as relações entre currículo, linguagem e práticas pedagógicas. Freire e Bortolanza (2015) e Morais e Nascimento (2019) problematizam as fragilidades conceituais da Base Nacional Comum Curricular, destacando lacunas na abordagem da língua escrita. Já Mota (2019) evidencia a tendência à antecipação da alfabetização na Educação Infantil, reforçando uma lógica preparatória que compromete experiências significativas com a linguagem. Em contrapartida, Silva (2021) aponta que as formações docentes podem contribuir para avanços nas práticas, ainda que de forma parcial, especialmente no que se refere à mediação da leitura literária.

Esse cenário de disputas e tensões conceituais também é revelado no estudo de Stieg e Araújo (2017) que destacam a permanência de uma visão instrumental da alfabetização nas políticas públicas. Isso contribui para o fortalecimento de práticas escolarizantes, em detrimento de experiências mais significativas com a linguagem, conforme problematiza Mota (2019).

Ademais, a análise da produção acadêmica revela lacunas importantes, especialmente no que diz respeito à escassez de estudos empíricos que investiguem como as políticas são efetivamente apropriadas e ressignificadas nas instituições de Educação Infantil. Tal ausência evidencia a necessidade de ampliar investigações sobre o contexto da prática, conforme já sinalizado por Mainardes (2018). Soma-se a isso o desafio da diversidade regional brasileira, uma vez que desigualdades socioeconômicas impactam diretamente as condições de implementação das políticas, como destaca Cury (2019).

De modo geral, o conjunto das produções analisadas evidencia que a relação entre políticas públicas, regulação curricular e práticas de alfabetização na Educação Infantil é permeada por disputas de concepções e tensões entre o prescrito e o vivido. Nesse cenário, conforme destaca Mainardes (2018), as políticas são reinterpretadas nos contextos locais, sofrendo mediações institucionais e culturais que influenciam diretamente sua implementação. Com isso, Morais (2022) enfatiza a necessidade de resistência crítica frente a políticas que fragilizam o caráter humanizador da educação, defendendo uma concepção de alfabetização como prática social, cultural e política.

Nesse cenário, reafirmamos a necessidade de políticas que considerem a criança como sujeito de direitos, que valorizem as especificidades da infância e promovam condições concretas para a construção de práticas pedagógicas mais significativas, contextualizadas e coerentes com os princípios da Educação Infantil. À luz desse panorama, torna-se fundamental relacionar os achados das pesquisas com as políticas educacionais mais recentes, como o CNCA, bem como com o LEEI.

As análises desenvolvidas nesta pesquisa nos fazem inferir que a efetividade de políticas como a CNCA e o LEEI depende diretamente de como são apropriadas e ressignificadas pelos professores no cotidiano escolar. Mais do que diretrizes normativas, tais políticas precisam dialogar com as realidades locais, investir em processos formativos contínuos e valorizar os saberes docentes construídos na prática. Assim, reafirmamos a necessidade de uma articulação mais consistente entre políticas públicas e práticas pedagógicas, de modo a evitar reducionismos metodológicos e garantir que a alfabetização na Educação Infantil se constitua como uma experiência significativa, social e cultural, centrada na criança como sujeito de direitos e protagonista de seu processo de aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou analisar, por meio de uma revisão de literatura, o que as produções científicas brasileiras dos últimos anos têm discutido sobre as políticas públicas de alfabetização para a Educação Infantil, evidenciando tendências, lacunas e implicações para a prática pedagógica e a formação docente. A análise da produção acadêmica revelou que, embora haja avanços significativos no reconhecimento da alfabetização como um processo que se inicia na infância e se constitui em práticas sociais de leitura e escrita, ainda persistem distanciamentos entre as orientações normativas e o cotidiano das instituições educativas.

Os estudos analisados evidenciam que políticas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contribuíram e têm contribuído para ampliar o debate sobre a alfabetização na Educação Infantil, especialmente ao enfatizarem a formação docente e a valorização de práticas pedagógicas articuladas ao letramento e às especificidades da infância. Em contrapartida, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi amplamente problematizada, sendo compreendida, em muitos estudos, como um movimento de retrocesso ao priorizar abordagens tecnicistas e centralizadoras, com ênfase na instrução fônica sistemática e na padronização do ensino. Tal direcionamento tensiona princípios historicamente consolidados na Educação Infantil, sobretudo aqueles relacionados à ludicidade, às interações e à compreensão da alfabetização como prática social e cultural.

Nesse contexto, constatamos que a materialização dessas políticas nas práticas pedagógicas ocorre de forma heterogênea, sendo mediada pelas condições concretas de trabalho docente, pelos processos formativos e pelas concepções de alfabetização construídas ao longo da trajetória profissional dos professores. As pesquisas indicam que, embora programas de formação tenham ampliado o repertório pedagógico dos docentes, seus impactos ainda são limitados, evidenciando a necessidade de políticas formativas mais contínuas, contextualizadas e articuladas às demandas reais da prática educativa.

Outro aspecto relevante refere-se à tendência de antecipação de práticas escolarizantes na Educação Infantil, impulsionada por discursos que priorizam resultados e metas de aprendizagem. Tal movimento pode comprometer experiências significativas com a linguagem, reduzindo a alfabetização a um conjunto de habilidades técnicas, em detrimento de sua dimensão social, cultural e interativa. Dessa forma, reafirmamos a importância de compreender a alfabetização como um processo que se constrói nas interações, nas brincadeiras e nas múltiplas linguagens, respeitando a criança como sujeito ativo e de direitos.

Por fim, esta pesquisa reforça a necessidade de uma articulação mais consistente entre políticas públicas e práticas docentes, reconhecendo o papel central dos professores como mediadores e ressignificadores das diretrizes educacionais. Defendemos, portanto, a construção de políticas que dialoguem com os contextos locais, que valorizem os saberes docentes e garantam condições concretas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas. Nesse sentido, esperamos que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre alfabetização na Educação Infantil, apontando caminhos para a consolidação de uma educação mais crítica, democrática e comprometida com a formação integral das crianças.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. C. P. de. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): uma proposta de formação continuada para professoras de crianças de 4 e 5 anos. 2019.
- APPLE, M. W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- BALL, S. J. Políticas educacionais: questões e dilemas. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BITTENCOURT, A.; CESA, N. B. A Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular na perspectiva dos teóricos da alfabetização. Revista Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte, 2023.
- BRANDÃO, A. C. Perrusi; LEAL, T. F. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). Ler e Escrever na Educação Infantil: Discutindo práticas pedagógicas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019.
- BRASIL. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília: Ministério da Educação, 2023.
- BRASIL. Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI). Brasília: Ministério da Educação, 2023.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CURY, C. R. J. Educação e direito à educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2019.
- DACOME, E. M. Formação docente e alfabetização na Educação Infantil. 2021.
- FARIAS, A; SILVA, M. V; GUIMARÃES, C. S; RITA, J. A. Políticas públicas de alfabetização e desigualdades educacionais no Brasil. Revista Educação em Debate, Fortaleza, v. 47, n. 2, p. 6948–6962, 2025.
- FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FRADE, I. C. A. da Silva. Alfabetização e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Educação em Revista, Belo Horizonte, 2021.
- FREIRE, R. T. J.; BORTOLANZA, A. M. E. Sobre letrar ou alfabetizar na educação infantil: a linguagem na Base Nacional Comum Curricular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – CONBALF, 1. Anais do I Congresso Brasileiro de Alfabetização – Conbalf. 2015.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOULART, C. Alfabetização, políticas públicas e currículo. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2020.

JESUS, S. J. A. L.; SOUSA, C. M. P.; CARDOSO, J. C. M. Política Nacional de Alfabetização: fundamentos e implicações pedagógicas. 2022.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2018.

NOGUEIRA, M. A. Impactos da Política Nacional de Alfabetização para a educação infantil: um retrocesso. Revista Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte, 2019.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAIS, A. G. de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CE), 2019.

MORAIS, A. G. de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2021.

MORAIS, A. G. de; NASCIMENTO, G. S. do. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – CONBALF, 4. Anais do IV Congresso Brasileiro de Alfabetização, 2019.

MORAIS, A. G. de. Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. Revista Brasileira de Alfabetização, n. 15, 2022.

MOTA, J. J. D. Questões de leitura e escrita na educação infantil: uma experiência sobre política, alfabetização e diálogo com crianças de 5 e 6 anos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – CONBALF, 4. Anais do IV Congresso Brasileiro de Alfabetização – Conbalf. 2019.

MENARBINI, A. Trilhares da alfabetização na educação infantil: um estudo sobre a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2020.

NOGUEIRA, G. M. Impactos da Política Nacional da Alfabetização para educação infantil: um retrocesso. Revista Brasileira de Alfabetização, v. 1, n. 10, 2020.

OLIVEIRA, M. C. R. S. A. de. O PNAIC pré-escola e a formação de professoras e de crianças como leitoras de literatura / Maria do Carmo Rezende dos Santos Assunção de Oliveira. - Belo Horizonte, 2022.

REINKE, G. Práticas Pedagógicas que envolvem a linguagem escrita na Educação Infantil: um estudo de caso no município de Primavera do Leste / Gilvane Reinke, 2019.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5–17, jan./abr. 2004.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, D. V. *Múltiplas linguagens e ludicidade na Educação Infantil: caminhos que potencializam o letramento social na primeira infância* / Daniela Violim da Silva, 2016.

SILVA, M. C. L. da. Práticas de leitura literária desenvolvidas por uma docente participante do curso de formação do PNAIC – Educação Infantil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – CONBALF, 5. Anais do V Congresso Brasileiro de Alfabetização – Políticas, práticas e resistências. 2021.

SOUSA, E. V. R. de. *Alfabetização e letramento na educação infantil: um estudo de caso em uma instituição de educação infantil no município de Lagoa Santa* / Elizabeth Vieira Rodrigues de Sousa. - Belo Horizonte, 2016.

SOUSA, S. N.; ROCHA, C. R. C. Concepções de alfabetização e formação nos programas nacionais de formação de alfabetizadores no Brasil. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. *Educação pública e pesquisa: ataques, lutas e resistências*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: 26 maio. 2024.

STIEG, V; ARAÚJO, V. C. de. *As políticas de alfabetização para a infância no Brasil: algumas inquietações*. *Revista Brasileira de Alfabetização*, 2017.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.